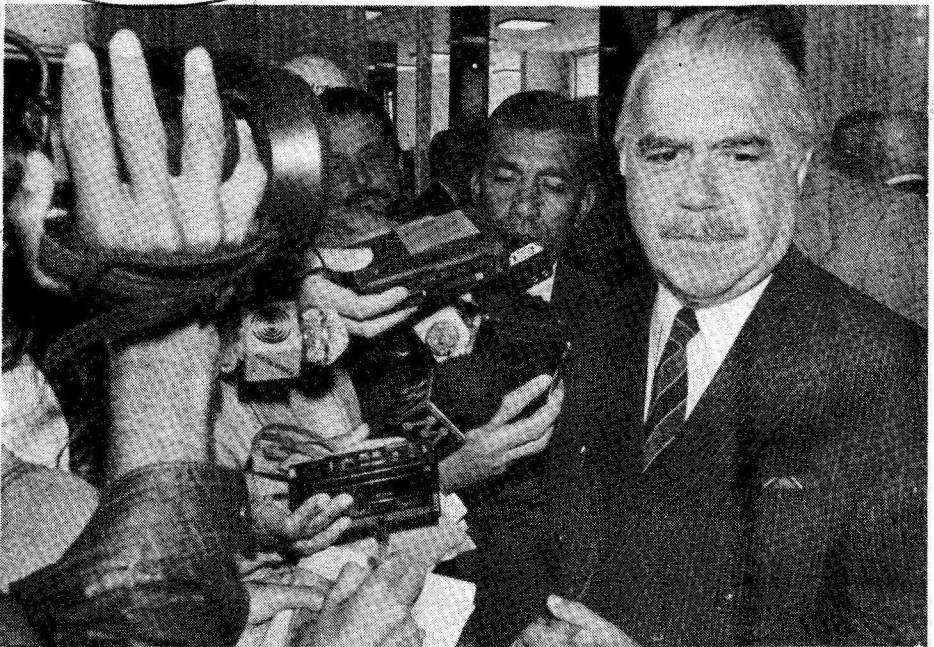


País suportará encargos da dívida

Garantia é de Sarney, ao elogiar acordo com credores

GIVALDO BARBOSA



Sarney deu entrevista antes de embarcar para Nova Iorque, para falar na ONU

JOSAFÁ DANTAS
Da Editoria de Economia

A negociação da dívida externa brasileira que o Governo vem concluindo com os seus credores internacionais "é o melhor acordo já feito por países devedores", porque o Brasil vai pagar uma quantia inferior à metade de 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) estabelecida no início do Governo. O comentário foi feito pelo presidente José Sarney, depois de passar o cargo para o deputado Ulysses Guimarães, e antes de embarcar para Nova Iorque, onde nesta terça-feira, às 10h30, discursa perante a III Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas Dedicada ao Desarmamento (III-SSOD). O acerto, de acordo com o presidente Sarney, não sacrifica o povo brasileiro, porque o País pode suportar o pagamento dos encargos.

O presidente Sarney considera um bom acordo, porque as negociações estão sendo favoráveis ao País, mesmo depois de ter decretado a moratória unilateral e estabelecido a condição de pagamento para não sacrificar o povo brasileiro, e depois do decréscimo das reservas internacionais. Sarney observou que o acerto é importante, porque o País não pode se isolar e se transformar numa economia autárquica, já que vem aumentando cada vez mais a sua participação na economia mundial, abrindo mercados e rompendo com as barreiras protecionistas. "Isso vai aumentar os investimentos internos e vai aumentar o crescimento econômico e, portanto, aumentar o bem-estar do nosso povo", disse Sarney, que vai discutir o

assunto com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias. O problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo também deve ser focalizado pelo presidente Sarney durante o seu discurso.

O Governo quer acelerar o acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) para fugir das condições a serem estabelecidas pela nova Constituição que em seu artigo 58 diz que "não terá validade qualquer acordo que traga encargos para o País se não for ratificado pelo Congresso Nacional".

A acusação foi feita ontem pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) que ainda hoje vai convocar uma reunião da Comissão da Dívida Externa para a quarta-feira com o objetivo de decidir que atitude tomar para impedir a assinatura do acordo. Segundo o Senador, o procedimento do Governo no acordo com o FMI é "eticamente condenável" e a assinatura do acordo pode ser questionada juridicamente uma vez que tendo o artigo 58 já aprovado pela Constituinte, ele representa uma pré-decisão jurídica. Chiarelli admite, inclusive, que o acordo pode ser invalidado pelo Congresso Nacional mesmo depois de assinado.

A reunião da Comissão fará uma análise de um estudo sobre a dívida feito por Chiarelli junto com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), de acordo com o qual entre os anos de 83 e 86 o Brasil pagou 43 bilhões de dólares somente de juros. Isso significa, destacou o Senador, 11 bilhões de dólares por ano, 1 bilhão por mês ou 33 milhões por dia.